

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/Redes sociais



Marta agregaria pouco ao perfil de Boulos

Para pesquisador, Marta não foi a melhor escolha para vice

Em dezembro do ano passado, o Paraná Pesquisas mostrava uma liderança bem mais folgada do deputado Guilherme Boulos (PsoL) na corrida pela prefeitura de São Paulo. Na ocasião, ele aparecia com 31,1% das intenções de voto. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) tinha então 25,4%. Pesquisa agora do Paraná mostra Boulos com 33% e Nunes colado nele, com 32%. O que aconteceu

entre um levantamento e outro? Entre outras coisas, o anúncio de que Marta Suplicy deixava a prefeitura de São Paulo, deixava o MDB e voltava para o PT para ser vice de Boulos. Esse deve ser considerado o fator da subida de Nunes? O diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, não crava. Mas a sua impressão é de que Marta não teria sido a escolha política certa para ser a companheira de chapa.

Ela é PT

“Ela pouco agrega à candidatura dele”, avalia Hidalgo ao Correio Político. “Se não tira votos, também não influi muito para que eles subam”. Para o pesquisador, o fato de Marta ter feito um passeio pelo conservadorismo não muda a forma como o eleitor a vê.

Ao contrário

Se fosse ao contrário, Marta talvez agregasse à candidatura de Nunes, levando para ele votos da periferia, onde ela tem força. “Mas, com Boulos, ela não é enxergada como a garantia de que ele não fará gestos extremados que assustam aos mais conservadores”.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Alckmin é garantia conservadora para Lula

Boulos precisaria de algo tipo a “Carta aos Brasileiros”

É algo diferente, avalia Murilo Hidalgo, das escolhas que fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições que disputou. Tanto José Alencar quanto agora Geraldo Alckmin agregavam perfis mais conservadores que passavam ao eleitor uma garantia de que Lula não iria guinar demais à esquerda. Alencar era empresário, e Alckmin al-

guém ligado a esse mesmo setor. Eram as encarnações do compromisso de Lula na sua primeira eleição na famosa “Carta aos Brasileiros”. Para Hidalgo, Boulos deveria ter alguém que fosse uma garantia de que não vai desapropriar imóveis, promover invasões, etc. O rosto dessa garantia para o eleitor paulistano não seria Marta Suplicy”.

Congela

Murilo Hidalgo, porém, avalia que Ricardo Nunes agora irá congelar no patamar alcançado. Não sobe mais. As cartas colocadas na disputa de São Paulo seriam essas. A incógnita seria a influência até outubro do fator Jair Bolsonaro na disputa paulistana.

Tarcísio

Para Murilo Hidalgo, muito mais que Bolsonaro, o personagem nesta eleição paulistana será mais o governador de São Paulo, Tarcísio Delgado (Republicanos). É ele o nome que se beneficia mais diretamente ou não com o resultado eleitoral na capital.

Ratinho

No Paraná, por exemplo, o governador Ratinho Júnior (PSD) não deverá ir ao ato do domingo (25). Um sinal de como hoje se avalia até que ponto vale ou não vale ter a imagem colada à de Bolsonaro. Nunes irá ao ato, mas deve tentar manter certa distância regulamentar.

PSD

Se Nunes ganha, avalia ele, haverá uma tendência de Gilberto Kassab, que é secretário de Governo de Tarcísio, colar-se a ele na próxima disputa presidencial e abandonar Lula. Se Boulos vence, o pragmático Kassab, que tem ministros no governo, segue com Lula.

PL das saidinhas pode gerar novo foco de tensão

Governo estuda novamente vetar projeto se for aprovado

Por Gabriela Gallo

O Projeto de Lei que proíbe as saídas temporárias de presidiários durante feriados (PL 2253/2022), conhecidas como saidinhas, retorna para a Câmara dos Deputados e, se aprovado, corre o risco de gerar uma nova queda-de-braço entre os poderes Executivo e Legislativo. Na terça-feira (20), o texto foi aprovado no Senado por 62 votos a favor contra apenas dois contrários, uma folga que mostrou que parlamentares tanto da oposição quanto da base têm interesse no projeto. No entanto, a expectativa é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) veto o projeto, caso ele venha a ser aprovado. Apesar de vir adotando um tom cauteloso em seus posicionamentos, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, pediu a Lula o veto e vem colhendo dados para serem usados como argumento nessa hipótese.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, já elaborou uma nota técnica para auxiliar no veto de Lula. A nota foi divulgada pelo UOL. O documento reforça que as saidinhas só são autorizadas pelo juiz da execução penal, com prévia oitiva da administração penitenciária e do Ministério Público e que a medida “não se aplica aos presos sob regime fechado”. Completa: “É condição necessária que o interno esteja no regime semiaberto”.

Para o cientista político



Pedro Ladeira/Folhapress

Especialista teme aumento de rebeliões com proibição de saidinhas

Tiago Valenciano, o PL das Saidinhas tem maiores chances de gerar nova tensão política entre o governo e o Congresso, mas talvez não em nível suficiente para paralisar o restante da pauta.

“Neste momento, o que o Legislativo mais quer, que é espaço no governo federal e também indicação de cargos comissionados, ele está sendo atendido. Agora, uma tensão política pode acontecer. Até

porque a situação em que o Lula está envolvido com essa disputa diplomática com Israel e toda a repercussão da fala dele, acabou gerando uma manifestação até mesmo engajada de intelectuais, da mídia um pouco mais engajada no assunto e também do eleitorado do Lula tentando achar alguma forma de defendê-lo. Isso mostra que essa tensão política, sim, pode vir a acontecer”, explicou Valenciano.

Julgamento sobre composição da Câmara é novamente adiado

Por Ana Paula Marques

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques pediu vista do julgamento que trata da distribuição das chamadas sobras eleitorais. O pedido foi feito para o ministro ter mais tempo de analisar o caso. A sessão que aconteceu nesta quarta-feira (21) terminou com cinco votos e será retomada na próxima quarta-feira (28).

O julgamento pode anular a eleição de ao menos sete deputados federais, já que o Supremo discute um conjunto de três ações contra as alterações feitas na minirreforma eleitoral de 2021 envolvendo as vagas não preenchidas pelos critérios do sistema proporcional.

Essas ações em julgamento no STF são movidas pelos partidos Rede Sustentabilidade, Podemos, PSB e Progressistas. As siglas questionam a constitucionalidade da exigência de 80% dos número de votos válidos obtidos e dividido pelo número de vagas disponíveis para que as legendas possam concorrer aos cargos de deputado federal, estadual e distrital. Ou seja, são concorridas por candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% do mesmo quociente — Essa regra ficou conhecida como 80–20.

As ações pedem que todos os partidos — e não só os que atingiram essa cláusula — possam participar da distribuição.

Votos

Ainda faltam os votos de seis ministros. Até o momento, vota-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Nunes Marques pediu vista e adiou julgamento

ram somente o relator, Ricardo Lewandowski, que deixou a Corte e agora é o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Eles concordam que todos os partidos devem participar da distribuição das sobras, derrubando a regra 80-20.

Apesar de votarem com Lewandowski, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes divergiram do relator para defender a aplicação da distribuição das sobras eleitorais de forma retroativa ao pleito de 2022, o que poderia anular a eleição de ao menos sete deputados federais.

Já os ministros André Mendonça e Edson Fachin

são contra as ações. Mendonça, por sua vez, defendeu que, se vencido, as mudanças devem obedecer à anualidade eleitoral — as alterações só podem valer caso tenham sido aprovadas até um ano antes das eleições, ou seja, só poderiam valer para o próximo período eleitoral. Já Fachin se posicionou para manter as regras como são atualmente.

Após o voto de Mendonça, o ministro Nunes Marques anunciou que pediria vista, decisão da qual o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, reiterou declarando que também precisaria de mais tempo para analisar o processo.

Saidinhas

As saídas temporárias de pessoas privadas de liberdade, conhecidas como saidinhas, são um direito concedido pelo juiz da execução penal voltado para presos em regime semiaberto que venham apresentando bom comportamento para que eles visitem as suas famílias, estudem, trabalhem ou realizem medidas socioeducativas. A proposta é valorizar o bom comportamento do preso, além de reintegrá-lo gradualmente à sociedade.

Ao Correio da Manhã, o especialista em Direito Penal Oberdan Costa avaliou que, caso a proposta seja sancionada, a medida não deverá ter o efeito esperado. Pelo contrário, ele considera que a proposta tem o risco de gerar revoltas na população carcerária, já que “vai tirar dela um dos poucos incentivos que ainda existem para que essa população não se rebele”.

“A ressocialização é quase uma utopia. Os poucos institutos de ressocialização que nós temos, um deles é a saída temporária, porque ela motiva o preso a ver a família, os presos que têm filhos a passarem mais tempo com os filhos, por exemplo. Me parece que o efeito vai ser justamente o contrário, não vai demover as pessoas de cometerem crimes, mas vai gerar revolta em quem já está preso”, disse o advogado criminalista.

Novo ministro

Esse será o primeiro desafio de Flávio Dino, que assume uma cadeira na Suprema Corte nesta quinta-feira (22). Esse julgamento instabiliza a relação do Judiciário e o Congresso, pois, se as ações forem aceitas, a projeção é de que as siglas que fazem oposição ao governo sairão mais prejudicadas. Esse também pode ser o primeiro julgamento de Dino como ministro do Supremo.

Flávio Dino vem de um ano de grande pressão da oposição ao governo. Seu ministério enquanto parte do Executivo comandado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministério da Justiça e Segurança Pública, foi um dos principais alvos dos parlamentares e Dino recebeu críticas durante todo seu período no Esplanada dos Ministérios.

A previsão, se os ministros resolverem a favor das ações, é de que dois parlamentares do PL irão perder o cargo, um do União Brasil, um do MDB e um do PDT. No lugar deixado pelos partidos, o Podemos iria ganhar duas vagas, enquanto o PSB e o PCdoB conseguiriam uma vaga cada. O PP e o Republicanos perderiam um nome, mas ganhariam outro para ocupar o cargo.

Até mesmo o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a fazer um pedido informal para o ministro Luis Roberto Barroso adiar a análise, no último dia 5 de janeiro, ao que o ministro respondeu que não fará.